

RECLAMAÇÃO 29.508 DISTRITO FEDERAL

REGISTRADO : **MINISTRO PRESIDENTE**
RECLTE.(S) : **JOAO GILBERTO ARAUJO PONTES**
RECLTE.(S) : **MARCOS LUIZ OLIVEIRA DE SOUZA**
RECLTE.(S) : **MARCOS CHEHAB MALESON**
ADV.(A/S) : **DOMINIQUE SANDER LEAL GUERRA E**
OUTRO(A/S)
RECLDO.(A/S) : **PRESIDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**
INTDO.(A/S) : **MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA**
PROC.(A/S)(ES) : **ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO**
INTDO.(A/S) : **CRISTIANE BRASIL FRANCISCO**
ADV.(A/S) : **CRISTIANO DE LIMA BARRETO DIAS**
ADV.(A/S) : **FREDERICO PRICE GRECHI**
ADV.(A/S) : **MARCOS DIAS JÚNIOR**
ADV.(A/S) : **EZIKELLY SILVA BARROS**
INTDO.(A/S) : **UNIÃO**
PROC.(A/S)(ES) : **ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO**

DECISÃO

*RECLAMAÇÃO. NOMEAÇÃO PARA
MINISTRO DE ESTADO. AÇÃO POPULAR.
ALEGADA OFENSA A PRINCÍPIO
CONSTITUCIONAL. TUTELA
ANTECIPADA DE SUSPENSÃO DE POSSE.
MEDIDA DE CONTRACAUTELA
DEFERIDA NO SUPERIOR TRIBUNAL DE
JUSTIÇA. RECLAMAÇÃO POR
USURPAÇÃO DE COMPETÊNCIA DO
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.
DECISÃO SUSPensa COM
FUNDAMENTO EM PRECEITO
CONSTITUCIONAL AUTÔNOMO E
SUFICIENTE. INCOMPETÊNCIA DO
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.
RECLAMAÇÃO PROCEDENTE.*

RCL 29508 / DF

PROVIDÊNCIAS PROCESSUAIS.

Relatório

1. Reclamação, com requerimento de medida liminar, ajuizada por João Gilberto Araújo Pontes e outros contra decisão do Ministro Humberto Martins, Vice-Presidente no exercício da Presidência do Superior Tribunal de Justiça, na Suspensão de Liminar e de Sentença n. 2.340/RJ, pela qual suspensos os efeitos da antecipação da tutela pleiteada na Ação Popular n. 001786-77.2018.4.02.5102, ajuizada com o objetivo de impedir a nomeação, pelo Presidente da República, e a posse da deputada federal Cristiane Brasil Francisco no cargo de Ministra de Estado do Trabalho.

2. Em 21.1.2018, com base no poder geral de cautela e nos princípios da segurança jurídica e da efetividade da jurisdição, deferi parcialmente a medida liminar pleiteada, suspendendo o ato de posse marcado para o dia 22.1.2018, até reexame da alegada usurpação da competência deste Supremo Tribunal com a juntada de elementos ausentes na instrução inicial da reclamação, como a íntegra do ato reclamado, as informações dos interessados e o parecer da Procuradoria-Geral da República.

3. Às 21h29min do dia 21.1.2018 (e-doc. 19), a União apresentou impugnação à reclamação, suscitando, preliminarmente, o indeferimento da petição inicial por não ter sido apresentada a decisão reclamada, nos termos do § 2º do art. 988 do Código de Processo Civil, no qual se determina que “[a] reclamação deverá ser instruída com prova documental e dirigida ao presidente do tribunal.”

Alega ter sido utilizada a reclamação como sucedâneo recursal e defende a competência da Presidência do Superior Tribunal de Justiça para decidir sobre o requerimento de suspensão da antecipação dos efeitos da tutela na Ação Popular n. 0001786-77.2018.4.02.5102, cuja causa

RCL 29508 / DF

de pedir estaria fundada na pretensa lesão à moralidade administrativa associada ao inc. I do art. 4º da Lei n. 4.717/1965 (Lei da Ação Popular).

Assevera que “[a] utilização dos fundamentos infraconstitucionais ocorreu em razão de precedentes do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que a Lei n. 4.717/1965 prevê hipóteses de presunção de lesão ao patrimônio público, notadamente quando a ação popular é apresentada com fundamento em violação ao princípio da moralidade administrativa” (fl. 7, e-doc. 18).

Afirma que o juízo de competência para exame da suspensão decorreria da análise sobre a admissão do recurso cabível contra a decisão cujos efeitos se busca suspender, o qual, no caso, seria o recurso especial para Superior Tribunal de Justiça, cujos pressupostos de cabimento não seriam sindicáveis pelo Supremo Tribunal Federal.

Sob a perspectiva de fundamentar-se a antecipação da tutela no princípio constitucional da moralidade administrativa, observa ter a União interposto agravo de instrumento e apresentado pleito de medida de contracautela com base em matéria infraconstitucional, tendo alegado prevenção do juízo da Primeira Vara Federal de Teresópolis para processamento e julgamento da ação popular, nos termos do § 3º do art. 5º da Lei n. 4.717/1965.

Cita o art. 2º da Lei n. 9.784/1999, que determina obediência da Administração Pública à moralidade administrativa, afirmando estar franqueado *“o acesso recursal perante o Superior Tribunal de Justiça, autorizando, por conseguinte, a formulação de pedido de contracautela perante a referida Corte Superior”* (fl. 11).

A União defendeu não haver elementos necessários ao deferimento de medida liminar no caso em foco, apontando risco de demora reverso, *“na medida em que a suspensão do ato de nomeação e o impedimento de dar posse ao cargo de Ministro do Estado do Trabalho acarretaria vacância no posto e*

RCL 29508 / DF

indefinição quanto ao titular responsável pela condução da Pasta” (fl. 12-13).

Requeru o indeferimento da petição inicial, da medida liminar postulada e, no mérito, a improcedência da reclamação.

4. Pela Petição n. 1.542, de 21.1.2018, a interessada Cristiane Brasil Francisco pleiteou o indeferimento da reclamação, *“na medida em que não fora instruída com o documento obrigatório consubstanciado no inteiro teor da sobredita r. decisão hostilizada do e. STJ”* (fl. 1, e-doc. 20).

Aduziu ser competente o Presidente do Superior Tribunal de Justiça para apreciar a medida de contracautela ajuizada pela União, pois o art. 4º da Lei da Ação Popular *“também cuida de hipóteses de nulidade material dos atos ou contratos praticados ou celebrados por quaisquer das pessoas ou entidades referidas no art. 1º”* (fl. 3).

Pediu prazo para regularizar sua representação processual e apresentar *“manifestação definitiva”* (fl. 3).

5. A autoridade reclamada prestou informações em 22.1.2018 (Petição n. 1.671), apresentando o inteiro teor da decisão proferida, na qual consta:

“[...] O debate jurídico que pode ser objeto de futuro recurso especial é o limite da utilização da via processual da ação popular para obstar a nomeação de ministros de Estado. Esse é o tema das repetidas e idênticas ações populares.

Em uma primeira mirada, poderia aparentar que o tema seria apenas cingido à aplicação direta do art. 37 da Constituição Federal. Todavia, o próprio Supremo Tribunal Federal já definiu que não é possível a apreciação de violação ao caput do art. 37 – princípios da Administração Pública, tal como a moralidade e os demais – sem que sejam consideradas as normas infraconstitucionais que lhes dizem respeito.

‘(...) As alegações de desrespeito aos postulados da

RCL 29508 / DF

legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, se dependentes de reexame prévio de normas infraconstitucionais, podem configurar, quando muito, situações de ofensa meramente reflexa ao texto da Constituição (...)'

(AgR no ARE 728.143/SP, Relator Min. Ricardo Lewandowski, Segunda Turma, julgado em 11/6/2013, acórdão eletrônico publicado no DJe-121 em 25/6/2013).'

Por conseguinte, a tese da liminar – autoaplicação do princípio da moralidade – não prosperaria sob o juízo do Supremo Tribunal Federal. Não é possível apreciar a moralidade administrativa sem considerar a existência de uma legislação infraconstitucional.

De fato, o que confere densidade ao princípio constitucional da moralidade administrativa é a legislação infraconstitucional que dispõe acerca dos limites e possibilidades de atuação do administrador, estabelecendo parâmetros através dos quais se torna possível avaliar nos casos concretos a boa-fé do agente público e sua lealdade para com o funcionamento das instituições. A moralidade administrativa, portanto, consiste numa específica modalidade de ética, a ética da legalidade, cuja construção requer necessariamente a análise do quadro normativo existente.

Assim, no caso dos autos, em que se discute a possibilidade de controle judicial da moralidade administrativa na nomeação de Ministro de Estado pelo Presidente da República, há evidente debate infraconstitucional, consubstanciado na previsão legal – art. 4º, I, da Lei n. 4.717/1962 – sobre a nomeação (admissão) ao serviço público (Administração Pública)" (fls. 2-3, e-doc. 36).

Informou que “a integralidade da decisão em questão estava – e continua – disponível aos interessados por meio da Coordenadoria da Corte Especial do STJ, a qual tem funcionado de modo contínuo em razão do período de plantão” (fl. 3).

Juntou cópia do processo de Suspensão de Liminar e de Sentença n. 2.340/DF, “para que seja oferecido o amplo conhecimento do processo em questão” (fl. 3).

RCL 29508 / DF

6. Em 24.1.2018, a Procuradoria-Geral da República opinou pela procedência da presente reclamação constitucional em parecer com a seguinte ementa:

“CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. RECLAMAÇÃO. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. AÇÃO POPULAR. DECISÃO LIMINAR. SUSPENSÃO DE DECRETO DE NOMEAÇÃO PARA O CARGO DE MINISTRA DE ESTADO DO TRABALHO. PESSOA CONDENADA EM AÇÕES TRABALHISTAS. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO PRINCÍPIO DA MORALIDADE. SUSCITADA USURPAÇÃO DE COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL PARA PROCESSAR E JULGAR SUSPENSÃO DE LIMINAR. QUESTÃO CONSTITUCIONAL DIRETA. PROCEDÊNCIA.

1. A Presidente do Supremo Tribunal Federal é a autoridade competente para apreciar pedido de suspensão de liminar, quando a causa tiver por fundamento matéria constitucional, independentemente da existência concomitante de matéria infraconstitucional.

2. A ação popular ajuizada contra decreto de nomeação de pessoa condenada em ações trabalhistas para o cargo de Ministra de Estado do Trabalho teve como causa de pedir o art. 37-caput da Constituição, bem como o art. 2º-c-d-e-parágrafo único-c-d-e c/c art. 4º-I da Lei 4.717/1965.

3. O fundamento exclusivo da decisão liminar foi o princípio da moralidade. Tratando-se de questão constitucional direta, que não depende do prévio exame de legislação infraconstitucional, a matéria é passível de ser objeto de eventual recurso extraordinário, no momento oportuno.

4. Configurada a competência do Supremo Tribunal Federal para o processamento e julgamento do pedido de suspensão de liminar da União, nos termos do art. 25 da Lei nº 8.038/90 e do art. 4º-§4º-I da Lei nº 8.437/1992.

Parecer pela procedência da reclamação, para cassar a decisão do Superior Tribunal de Justiça” (fl. 1, e-doc. 43 – grifos nossos).

7. Em 24.1.2018, a União apresentou contestação, reiterando os

RCL 29508 / DF

termos da impugnação de 21.1.2018 (e-doc. 44), informando o Presidente da República “*que o pedido formulado pelos autores da reclamação está sendo devidamente contestado pela União, pessoa jurídica de direito público que ingressou com a medida de contracautela*” (e-doc. 46).

8. Citada em 22.1.2018 (e-doc. 41), a interessada Cristiane Brasil Francisco apresentou contestação em 31.1.2018, regularizando sua representação processual (Petição n. 2.741/2018 – edocs. 49-52).

Defendeu ser a decisão impeditiva de sua posse “*absolutamente insustentável, uma vez que não há qualquer violação ao princípio da moralidade, expressamente previsto no art. 37, caput, da Constituição Federal, e regulamentado pela legislação infra-constitucional, [além de] viola[r] flagrantemente o princípio da separação dos poderes, notadamente porque a reclamada preenche, de maneira clara e inequívoca, os requisitos previstos no art. 87 da Constituição Federal*” (fl. 6, e-doc. 49).

Anotou ser competente o Superior Tribunal de Justiça para exame da contracautela ajuizada pela União, pois, “*ainda que invocado o princípio da moralidade administrativa, este o foi como vetor interpretativo, de inegável caráter genérico, porquanto a regra jurídica que alicerçou a decisão do juízo de piso foi, indubitavelmente, o multicitado artigo 4º da Lei de Ação Popular*” (fl. 19 – grifos nossos).

Citou julgados deste Supremo Tribunal “*que reconheceram que recursos com causas de pedir fundada em princípios genéricos, como o princípio da moralidade, são reiteradamente não conhecidos, uma vez que existem normas infraconstitucionais que a disciplinam*” (fl. 20).

Requeru a “*revogação da r. Decisão liminar proferida nestes autos e, ainda, em que serão julgados improcedentes o pedido, reconhecendo-se a competência da Presidência do C. STJ para análise da contracautela movida pela União (SLS 2340), bem como ainda, ser correta a decisão ali tomada, sob pena de*

RCL 29508 / DF

completa subversão do sistema de competências constitucionais” (fl. 21).

Examinados os elementos havidos nos autos, **DECIDO**.

9. Como anotei na decisão de deferimento parcial da medida liminar: **a questão jurídica posta em discussão na ação popular, concernente à validade ou não do ato de nomeação da interessada pelo Presidente da República, não está em discussão na presente reclamação**, pela limitação deste instrumento processual.

Presta-se a reclamação exclusivamente a resguardar a eficácia de decisão judicial pretensamente afrontada ou a garantir o exercício da competência jurisdicional usurpada por outro órgão judicial.

10. Quanto à preliminar de indeferimento da reclamação pela ausência da decisão reclamada na instrução da petição inicial, não assiste razão à União e à interessada, pois, além de ser ato passível de correção, nos termos do art. 321 do Código de Processo Civil, o documento faltante não era imprescindível para a aferição da alegada incompetência, cuja análise foi viabilizada pela juntada de documentos que permitiam conhecer os fundamentos utilizados na decisão cujo efeito se buscou suspender (fls. 35 a 38 do e-doc. 4) e das razões utilizadas para esse pedido (petição inicial da SLS n. 2.340 – fls. 3 a 23).

A plausibilidade da alegada usurpação a partir da análise desses elementos poderia ter sido considerada desconstituída pelo deferimento da suspensão pela autoridade judicial apontada como incompetente. Por isso observei antes se ressentir o exame da medida liminar requerida no presente processo da íntegra do ato reclamado, no qual se poderia ter a demonstração de acatamento à competência constitucionalmente estabelecida.

O deferimento parcial da medida liminar pleiteada nesta reclamação

RCL 29508 / DF

decorreu da impossibilidade de complementar-se a instrução da causa antes da data aprazada para o ato de posse da interessada e da fundada dúvida quanto à usurpação da competência deste Supremo Tribunal para a apreciação da medida de contracautela pleiteada pela União, fazendo-se juridicamente recomendável a manutenção do estado de coisas até o reexame da questão com as razões de decidir da autoridade reclamada.

Condiciona-se o cabimento da reclamação à demonstração de descumprimento de decisão deste Supremo Tribunal ou de existência de ato que usurpe a sua competência, o que foi atendido na espécie pela juntada, no ajuizamento da reclamação, de certidão emitida pelo Superior Tribunal de Justiça do deferimento da medida liminar na Suspensão de Liminar e de Segurança n. 2.340/RJ (e-doc. 10).

Descabido, portanto, o pleito de indeferimento da reclamação por deficiência na sua instrução inicial, pelo que **indefiro a preliminar suscitada pela União e pela interessada.**

11. Manifestamente descabida também a alegada utilização da presente reclamação como sucedâneo recursal. Fundamenta-se ela na alegação de usurpação da competência do Presidente do Supremo Tribunal Federal para apreciar medida de contracautela ajuizada, equivocadamente, no Superior Tribunal de Justiça. Essa questão prescinde da análise dos fundamentos da decisão proferida pela autoridade reclamada, concernente à configuração de situação justificadora da suspensão dos efeitos da tutela antecipada na Ação Popular n. 0001786-77.2018.4.02.5102.

12. Examino, assim, o mérito desta reclamação, restrito, como reiteradamente anotado, à alegada usurpação da competência da Presidência deste Supremo Tribunal pelo Superior Tribunal de Justiça.

13. Como realçado no exame da medida liminar, a regra de

RCL 29508 / DF

competência para a medida de contracautela nos tribunais superiores está prevista no art. 25 da Lei n. 8.038/1990, que dispõe:

“Art. 25. Salvo quando a causa tiver por fundamento matéria constitucional, compete ao Presidente do Superior Tribunal de Justiça, a requerimento do Procurador-Geral da República ou da pessoa jurídica de direito público interessada, e para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia pública, suspender, em despacho fundamentado, a execução de liminar ou de decisão concessiva de mandado de segurança, proferida, em única ou última instância, pelos Tribunais Regionais Federais ou pelos Tribunais dos Estados e do Distrito Federal.”

A orientação jurisprudencial predominante considera os fundamentos da decisão cujos efeitos se busca suspender como parâmetro de discriminação da competência entre a Presidência do Supremo Tribunal e do Superior Tribunal de Justiça, (por exemplo: Agravo Regimental na Suspensão de Segurança n. 2.286, Relator o Ministro Maurício Corrêa, Plenário, DJ 16.4.2004; Embargos de Declaração no Agravo Regimental na Reclamação n. 2.252, Relator o Ministro Maurício Corrêa, Plenário, DJ 18.3.2004; Agravo Regimental na Suspensão de Segurança n. 3.075, Relatora a Ministra Ellen Gracie, Plenário, DJe 28.6.2007; Embargos de Declaração no Agravo Regimental na Reclamação n. 10.435, Relator o Ministro Ricardo Lewandowski, Plenário, DJe 3.3.2016).

Assim decidi, por exemplo, no exame da Suspensão de Segurança n. 5.134 (DJe 7.10.2016) e da Suspensão de Liminar n. 1.051 (DJe 19.6.2017), assentando a premissa de que os fundamentos a serem analisados devem advir da decisão cujos efeitos se busca suspender, por ser ela o objeto de questionamento na medida de contracautela.

14. A decisão proferida na Ação Popular n. 001786-77.2018.4.02.5102, temporariamente impeditiva da posse da interessada Cristiane Brasil

RCL 29508 / DF

Francisco no cargo de Ministra do Trabalho, apresenta os seguintes fundamentos:

“Sob o ponto de vista do mérito cautelar, a questão é complexa. Envolve análise de fatos e razões que via de regra deveriam ser submetidos ao contraditório, mas sem prejuízo do resguardo de direitos, garantias e poderes constitucionais assegurados.

No caso concreto, conceder a liminar sem ouvir os réus encontra-se justificado diante da gravidade dos fatos sob análise. Em exame ainda que perfunctório, este magistrado vislumbra flagrante desrespeito à Constituição Federal no que se refere à moralidade administrativa, em seu artigo 37, caput, quando se pretende nomear para um cargo de tamanha magnitude, Ministro do Trabalho, pessoa que já teria sido condenada em reclamações trabalhistas, condenações estas com trânsito em julgado, segundo os veículos de mídia nacionais e conforme documentação que consta da inicial – processos 0010538-31.2015.5.01.0044, encerrado com decisão judicial transitada em julgado, (fls. 29/246 - note-se especialmente que operou-se o trânsito em julgado da decisão condenatória cf. fls. 169); e 0101817-52.2016.5.01.0048, encerrado com acordo judicial (fls. 323/324).

É bem sabido que não compete ao Poder Judiciário o exame do mérito administrativo em respeito ao Princípio da separação dos Poderes. Este mandamento, no entanto, não é absoluto em seu conteúdo e deverá o juiz agir sempre que a conduta praticada for ilegal, mais grave ainda, inconstitucional, em se tratando de lesão a preceito constitucional autoaplicável.

Vale ressaltar que a medida ora almejada é meramente cautelar, precária e reversível, e, caso seja revista somente haverá um adiamento de posse. Trata-se de sacrifício de bem jurídico proporcional ao resguardo da moralidade administrativa, valor tão caro à coletividade e que não deve ficar sem o pronto amparo da tutela jurisdicional.

O periculum in mora resta cabalmente demonstrado, porquanto a posse da nomeada ao cargo está prevista para o dia 09/01/2018, amanhã.

Assim, verificada a presença dos requisitos do artigo 300 do CPC, DEFIRO em caráter cautelar e liminar inaudita altera parte, provimento para SUSPENDER a eficácia do decreto que nomeou a

RCL 29508 / DF

Exma. Deputada Federal Cristiane Brasil Francisco ao cargo de Ministra de Estado do Trabalho, bem como sua posse” (fls. 36-37, e-doc. 4).

Nota-se não haver fundamento infraconstitucional na decisão cujos efeitos se busca suspender, nem debate jurídico sobre o limite da utilização da via processual da ação popular para obstar a nomeação de ministro de Estado.

15. Nem se alegue a configuração da competência do Presidente do Superior Tribunal de Justiça pela matéria suscitada no agravo de instrumento da União para o Tribunal Regional Federal da Segunda Região (n. 0000132-35.2018.4.02.0000), cujo efeito suspensivo pleiteado foi indeferido pelo Desembargador Relator em 10.1.2018 (fls. 94-99, e-doc. 6), sendo rejeitados os embargos de declaração em 15.1.2018 (fls. 250-254).

Instala-se a jurisdição da contracautela para os tribunais superiores com o julgamento de mérito do agravo de instrumento pelo órgão colegiado competente, quando se poderá ter a ratificação ou a substituição da decisão agravada, nos termos do art. 1.008 do Código de Processo Civil (“*Art. 1.008. O julgamento proferido pelo tribunal substituirá a decisão impugnada no que tiver sido objeto de recurso*”), caracterizando-se a decisão prevista no § 5º do art. 4º da Lei n. 8.437/1992 (“*§ 5º É cabível também o pedido de suspensão a que se refere o § 4º [novo pedido de suspensão ao Presidente do Tribunal competente para conhecer de eventual recurso especial ou extraordinário], quando negado provimento a agravo de instrumento interposto contra a liminar a que se refere este artigo*”).

Tanto assim é que a União fundamentou seu pedido de suspensão ao Superior Tribunal de Justiça no § 4º do art. 4º da Lei n. 8.437/1992, “*em face da decisão proferida pelo Desembargador Federal Vice-Presidente do Tribunal Federal da 2ª Região, nos autos da Suspensão de Liminar n. 0000114-14.2018.4.02.0000, a qual indeferiu pedido de suspensão formulado contra decisão que concedeu medida liminar nos autos da Ação Popular n. 0001786-*

RCL 29508 / DF

77.2018.4.02.5102/RJ” (fl. 3, e-doc. 4), e não contra a negativa de atribuição de efeito suspensivo ao Agravo de Instrumento n. 000132-35.2018.4.02.0000.

16. Assim, o ato judicial questionado e que interfere na competência privativa do Presidente da República para nomear Ministros de Estado é aquele proferido pelo Juízo da Quarta Vara Federal de Niterói/RJ, fundamentado exclusivamente no princípio constitucional da moralidade administrativa.

O conhecimento da medida de contracautela, destinada a “salvaguardar dos riscos da execução provisória do julgado os qualificados interesses públicos - os relativos à ordem, à saúde, à segurança e à economia públicas – que a justificam, com vistas à eventual reforma da decisão mediante o recurso cabível” (Suspensão de Segurança n. 1.001, Ministro Sepúlveda Pertence, DJ 21.03.1996), não pode estar pautada em questões diversas daquelas postas no pronunciamento cuja execução promoveria a grave lesão ao interesse público.

Na lição de Marcelo Abelha Rodrigues,

“a única preocupação do órgão é aferir se está presente o risco de dano diante da execução da decisão proferida. Pretender modificar, cassar ou adulterar a decisão cuja execução se pretende suspender configuraria um verdadeiro transbordamento da competência que foi entregue ao presidente do tribunal. Seria admitir natureza recursal ao instituto, e, por que não dizer, extravasar o limite do pedido que admite ser feito por intermédio desse instituto.

Vale dizer que o mérito do instituto, qual seja, o seu objeto de julgamento, não coincide com o da causa principal, não sendo lícito, pois, que o órgão jurisdicional competente para apreciar o instituto em tela possa pretender funcionar como órgão de duplo grau de jurisdição para reformar a decisão recorrida. Seria, pois, usurpação da competência do tribunal fazê-lo, e do direito da parte de ter um recurso contra a decisão que seja apreciada por um órgão jurisdicional

RCL 29508 / DF

colegiado do tribunal.

*O que justifica, pois, a suspensão da execução da decisão não é a sua injuridicidade, ainda que tal possa ocorrer, porque, repito e repiso, o objeto de julgamento desse incidente é verificar se há o risco potencial de grave lesão entre a decisão proferida e os interesses públicos tutelados pelo incidente. Não fosse assim, o presidente do tribunal, ao conceder ou não a suspensão da execução de uma liminar com base na sua injuridicidade, por exemplo, estaria de certa forma corrigindo, por via transversa, a convicção do juiz, que, com base num juízo de probabilidade, entendeu ser caso de conceder a medida, talvez até mesmo com material cognitivo superior ao que possuía o presidente do tribunal, quando no julgamento do incidente” (in *Suspensão de Segurança: sustação da eficácia de decisão judicial proferida contra o Poder Público* - 3ª ed., rev., atual. e ampl. – São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2010, págs. 155-165).*

O mesmo raciocínio há de se aproveitar para a definição da competência para o julgamento da medida de contracautela: a consideração de questões infraconstitucionais não decididas no juízo cautelar objeto da suspensão acaba por convertê-la em inadmissível sucedâneo recursal, destinado a instaurar a discussão, prematuramente, de teses ainda dependentes de solução em instância jurisdicional inferior.

17. Ainda que se considerasse a causa de pedir como elemento definidor da competência para análise da medida de contracautela, esta será sempre do Supremo Tribunal Federal quando o direito material discutido apoiar-se em fundamento constitucional, atraindo-se a matéria legal subjacente para este órgão judicial.

18. Nos casos em que houver dupla natureza de fundamentos apresentados (constitucional e infraconstitucional), a competência do Presidente do Superior Tribunal de Justiça para decidir a medida de contracautela somente preponderará se a causa de pedir estiver fundada em princípios constitucionais genéricos e a decisão que se busca suspender os efeitos pautada em normas infraconstitucionais. Nesse

RCL 29508 / DF

sentido, por exemplo: Agravo Regimental na Reclamação n. 2.371/RS, Relator o Ministro Maurício Corrêa, Plenário, DJ 16.4.2004; Suspensão de Liminar n. 120/RO, Relatora a Ministra Ellen Gracie, decisão monocrática, DJ 4.10.2006; Suspensão de Tutela Antecipada n. 71/GO, Relatora a Ministra Ellen Gracie, decisão monocrática, DJ 5.9.2006; Suspensão de Segurança n. 2.868/BA, Relator o Ministro Nelson Jobim, decisão monocrática, DJ 21.2.2006, entre outras decisões.

19. Entretanto, tal entendimento não é aplicável ao caso em exame porque a matéria posta em análise tem como núcleo preceito constitucional dotado de densidade normativa suficiente a regular a situação apresentada, como realçado no parecer da Procuradoria-Geral da República:

“Na espécie, a ação popular teve como causa de pedir não apenas o art. 4º-I da Lei nº 4.717/1965, mas também o art. 37-caput, da CF. O duplo fundamento (constitucional e infraconstitucional) pode ser retirado do mesmo trecho da inicial da ação popular citado pela Advocacia-Geral da União na inicial do pedido de suspensão de liminar:

É por todo o exposto que, s.m.j., parece estar claro que o ato administrativo que nomeia a deputada federal CRISTIANE BRASIL FRANCISCO, ao Ministério do Trabalho e Emprego, é nulo por violar o **art. 37, caput da CFRB/88, o art. 2º, c, d, e e, parágrafo único c, d e e, c/c art. 4º, I, da Lei 4.717/65.**

(grifei)

Nota-se, da decisão reclamada, que o Superior Tribunal de Justiça reconheceu a sua competência para julgamento do pedido de suspensão de liminar, sob o fundamento de que a ‘a tese da liminar – auto-aplicação do princípio da moralidade – não prosperaria sob o juízo do Supremo Tribunal Federal’, tendo em vista a jurisprudência da Suprema Corte no sentido de que ‘as alegações de desrespeito aos postulados da (...) moralidade (...), se dependentes de reexame prévio de normas infraconstitucionais, podem configurar, quando muito, situações de ofensa

RCL 29508 / DF

meramente reflexa ao texto da Constituição' (ARE 728.143/SP AgR, Relator Ministro Ricardo Lewandowski, DJe 25.6.2013).

A citada jurisprudência do Supremo Tribunal Federal incide, porém, apenas quando a aplicação do princípio da moralidade depender, ou seja, necessitar do prévio exame de alguma norma infraconstitucional.

A análise da controvérsia sobre a possibilidade de nomeação de pessoa condenada em processos trabalhistas para o cargo superior do Ministério do Trabalho não depende especificamente do exame do art. 4º-I da Lei nº 4.717/1965, que estabelece a nulidade de ato de 'admissão ao serviço público remunerado, com desobediência, quanto às condições de habilitação, das normas legais, regulamentares ou constantes de instruções gerais'. Isso porque, segundo o próprio Superior Tribunal de Justiça, 'em nosso ordenamento jurídico inexistente norma que vede a nomeação de qualquer cidadão para exercer o cargo de Ministro do Trabalho em razão de ter sofrido condenação trabalhista'.

Exatamente por não haver norma infraconstitucional que indique os requisitos a serem observados por candidatos ao cargo de Ministro de Estado é que a decisão liminar apoiou-se, para suspender o decreto de nomeação, exclusivamente no princípio da moralidade. Contra essa decisão, vale notar que a União interpôs agravo de instrumento, apresentando argumentos constitucionais relacionados com o princípio da separação dos poderes e da moralidade administrativa, bem como com a competência do Presidente da República para nomear Ministros de Estado (84-I 3 da CF). No pedido de suspensão de liminar formulado perante o Tribunal Regional Federal da 2ª Região, teve-se, por sua vez, aos argumentos de inadequação da via eleita por falta de prova da lesividade ao erário e de ofensa aos arts. 2º e 84-I da CF. Nada falou sobre o art. 4º-I da Lei nº 4.717/1965, o que, por falta de prequestionamento, possivelmente inviabilizará a interposição de recursos especiais ao STJ neste ponto.

Tratando-se de questão constitucional direta, portanto, a matéria poderá, sim, ser objeto de eventual recurso extraordinário, no momento oportuno – circunstância que, nos termos do art. 25 da Lei nº 8.038/90 e do art. 4º-§4º da Lei nº 8.437/1992, atrai a competência

RCL 29508 / DF

do Supremo Tribunal Federal para o processamento e julgamento da suspensão de liminar pleiteada pela União.

Cumprе notar, **por mero acréscimo, que o Superior Tribunal de Justiça utilizou-se de fundamentos constitucionais – o art. 84-I da CF e o princípio da separação de poderes – tanto para reconhecer presente a hipótese de cabimento da suspensão de liminar, consistente no manifesto interesse público, quanto para justificar o periculum in mora:**

O caput do art. 4º da Lei nº 8.437/1992 assevera que o instituto da suspensão é servível para suspender decisões judiciais 'em caso de manifesto interesse público ou de flagrante ilegitimidade, e para evitar grave lesão à ordem, à saúde, à segurança e à economia pública'.

No caso concreto, é evidente a existência de interesse público na definição acerca da possibilidade de que o Presidente da República exercite a sua competência de nomear Ministros de Estado, fixada no **inciso I do art. 84 da Carta Magna**, ainda mais quando se trata de uma pasta relevante como o Ministério do Trabalho.

(...) 3. O 'periculum in mora' e a indevida interferência no funcionamento regular da Administração Pública.

(...) É certo que existe uma relação entre um ambiente marcado pela normalidade jurídica e institucional e o desenvolvimento social e econômico. A interferência do Poder Judiciário sem que esteja evidenciado de modo claro a violação ao ordenamento jurídico não contribui para o bom funcionamento da vida da sociedade e do Estado. (...) Na realidade, o que se verifica é que, ante a ausência de normas impeditivas, a questão relativa à nomeação de alguém que já foi condenado a efetuar pagamento de débitos trabalhistas, é matéria afeta à análise de oportunidade e conveniência, cujo juízo de valor cabe exclusivamente ao Chefe do Poder Executivo, no caso, o Presidente da República
(grifei)

RCL 29508 / DF

O decisório que motiva a reclamação não poderia, assim, data venia, ter sido tomado senão pela Presidente do STF" (fls. 9-11, e-doc. 43).

Eventual referência de matéria infraconstitucional na causa posta na ação popular não afeta, portanto, a atuação deste Supremo Tribunal na presente reclamação, pela inequívoca natureza constitucional do fundamento utilizado na decisão liminar tida como lesiva ao Poder Público e exposta, com clareza, no requerimento de suspensão de seus efeitos.

20. Tem-se demonstrada, portanto, a usurpação da competência da Presidência deste Supremo Tribunal para processar e julgar a medida de contracautela apresentada no Superior Tribunal de Justiça (SLS n. 2.340/RJ).

21. Pelo exposto, **julgo procedente a presente reclamação** (§ 4º do art. 70 do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, c/c art. 25 da Lei n. 8.038/1990), **determinando o imediato encaminhamento dos autos da Suspensão de Liminar e de Segurança n. 2.340/RJ, em tramitação no Superior Tribunal de Justiça, para autuação e julgamento neste Supremo Tribunal Federal, cassando-se a decisão proferida pela autoridade reclamada por manifesta incompetência** (§ 4º do art. 64 do Código de Processo Civil).

22. **Comunique-se, com urgência, ao Superior Tribunal de Justiça.**

23. **Autuada a medida de contracautela neste Supremo Tribunal, registre-se, com urgência e prioridade, à Presidência, para apreciação.**

24. **À Secretaria Judiciária para adotar as providências cabíveis.**

Publique-se.

RCL 29508 / DF

Brasília, 8 de fevereiro de 2018.

Ministra **CÁRMEN LÚCIA**
Presidente